

**CYRDEMIA DA GAMA BOTTO**  
**PROCURADORA DE JUSTIÇA APOSENTADA**  
**DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE APOSENTADOS**  
**(GESTÃO 2013-2014)**

**INGRESSO NO MPSP: 14/07/1982 E SAÍDA 29/08/2002**

Foi uma ousadia de minha parte: inscrevi-me para o vestibular Direito USP, em 1975. Digo isso porque já fazia 11 anos que terminara o colegial.

Cursara o clássico, que era voltado à área de humanas, tendo em conta minha pretensão universitária, e, a conselho de meu Pai, fiz opção, a final, de adaptação para o Magistério, a fim de que pudesse estar profissionalmente habilitada.

Casei-me e fui trabalhar como professora substituta.

Não pude ir para a faculdade, em seguida, porque na cidade onde morava não havia estabelecimento de ensino superior, porque dava aulas, cuidava de meu marido e filho, de nossa casa e, então, posterguei o meu sonho.

Mas, ao que me parece, aquilo que desejamos muito não morre. Dorme.

A vida foi seguindo. Fiz concurso para professora primária efetiva, fui aprovada, e dei aulas, como tal.

Quando me desquitei, escolhi escola nos arredores de São Paulo e para cá vim com meu filhinho.

Lecionei um tempo e depois fiquei comissionada em uma Delegacia Regional de Ensino.

Meus tios, com quem morávamos (eu já residira com eles na adolescência, quando Mamãe falecera), me incentivaram a prosseguir os estudos, sugerindo que eu fizesse Pedagogia.

É aqui que me reporto ao início dessa narrativa.

Ao pegar o formulário de inscrição ao vestibular da USP (só USP,

porque não tinha recursos para uma faculdade particular), disse a mim mesma: é hora de perseguir o que quero: vou tentar Direito. E, assim, me inscrevi.

Sabia que enfrentaria dificuldades, porque no vestibular havia física, química e matemática do colegial, matérias que o clássico não ensinava.

Mas contando isso no meu trabalho, uma Supervisora de Ensino conseguiu uma bolsa de estudos para mim, dois meses antes do vestibular, no Colégio Equipe. E lá fui eu: saía do trabalho, ia para a aula, lia e relia as apostilas e, para evitar delongas nesta narrativa, o resultado é que não zerei nessas três matérias, fui muito bem nas demais e com o coração saltando de alegria, vi o meu nome na lista de aprovados, afixada no Equipe. E quando fui fazer minha matrícula, agradecendo a Deus, transpus a porta das Arcadas e pensei comigo: estou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco!

Não faltei às aulas nem um só dia durante os cinco anos.

O senso de justiça social que eu tinha arraigado à minha mente foi se fortalecendo mais e mais, enquanto eu aprendia.

Nessa época, fui jurada no II Tribunal do Júri e logo resolvi que queria ser Promotora.

No segundo ano da Faculdade, prestei concurso para o Tribunal Regional Eleitoral e, aprovada, comecei a trabalhar lá no dia 11 de agosto. Tudo melhorou muito para mim. Saía da Faculdade, ia ao TRE a pé e sobrava um tempinho para eu poder almoçar.

Antes, para ir à DRE eu tomava um ônibus na Praça do Patriarca, descia na Avenida Dr. Arnaldo e caminhava às pressas para à Capote Valente, vivendo de um salgadinho que comprava no trajeto, até a hora do jantar, quando chegava à casa de meus tios, na Vila Mariana.

No fim de meu quarto ano de Faculdade, conheci meu segundo marido e nos unimos. Eu e meu filho tínhamos nossa casa outra vez e isso nos proporcionava muita felicidade.

Terminei a faculdade em dezembro de 1980, esperando minha filha e como minha gravidez era de risco, iniciei o ano seguinte de repouso absoluto.

Aproveitei, então, numa perspectiva ultra otimista, para me preparar

para o concurso do Ministério Público, enquanto estava de cama, protegendo minha filhinha que se desenvolvia. Ela nasceu prematura, em março de 1981, e entre os cuidados que dispensava a ela, a meu filho e a meu marido, continuei me preparando sozinha.

Prestei o exame da Ordem dos Advogados do Brasil e passei. Aberto o 54º Concurso de Ingresso ao Ministério Público, fiz inscrição e em novembro de 1981, submeti-me a prova escrita. Aprovada, inscrevi-me no Curso Preparatório Damásio de Jesus. Ao depois, fiz psicotécnico, prova oral, e passei! Eu chegara!!!! Sentimento indizível de vitória.

Nomeada 1º Promotor Público Substituto da 24ª Circunscrição Judiciária, tive posse solene em 14 de julho de 1982.

O Procurador Geral de Justiça, na época, era o Dr. João Severino de Oliveira Peres e o Corregedor Geral do Ministério Público era o Dr. Hermínio Alberto Marques Porto.

Depois do Curso de Adaptação, fui para Avaré. À época, a Procuradoria Geral de Justiça necessitava de Promotores na Capital e tive várias designações por aqui (Tatuapé, Penha de França, Vila Prudente, Tucuruvi, Santo Amaro, Curadoria de Fundações, ao que me lembro) e nas férias trabalhava em Avaré, Cerqueira César, Taquarituba e Fartura.

A sequência das Comarcas onde officiei, a partir de Substituta, foi a seguinte: Martinópolis (1ª entrância), Auxiliar de Santo André, prestando serviços concomitantemente em Diadema (2ª entrância), Mogi das Cruzes e São Caetano do Sul (3ª entrância – promoção e remoção) e Capital, promovida sem cargo fixo, como 156º Promotor de Justiça (entrância especial) e depois promovida com cargo fixo para 101º Promotor de Justiça Criminal, cargo esse que teve denominação alterada para 26º Promotor de Justiça Criminal da Capital.

Trabalhei em São Paulo na Equipe de Repressão a Roubos e Extorsões, Equipe de Delitos Diversos (designada ainda em 3ª entrância, no II Tribunal do Júri e na 26ª Vara Criminal, já em entrância especial.

Antes de ser Procuradora de Justiça, officiei em segunda instância, como tal, por designação, em “habeas corpus” e mandados de

segurança em matéria criminal.

Nessa fase, tive a honra de ter sido convidada para a Assessoria da Corregedoria Geral do Ministério Público pelo Dr. José Guarino Marcos Garcia e, ao findar essa gestão, pelo Dr. Luiz Cesar Gama Pellegrini.

Deixando a Assessoria, voltei a ser designada para officiar em segunda instância, na 3ª Procuradoria (Equipe de “Habeas Corpus”).

Fui promovida a Procuradora de Justiça em 28.03.1997, permanecendo na mesma Procuradoria.

Em segunda instância, officiei posteriormente na 2ª Procuradoria de Justiça e na Equipe de Recursos Extraordinários e Especiais, cargo de confiança do Procurador Geral de Justiça.

Paralelamente às minhas funções de Procuradora de Justiça, fui eleita duas vezes para compor o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça (para o biênio 1998-1999, com 127 votos, empatada em primeiro lugar com uma colega com mais tempo de serviço que eu). E para o biênio 2002-2003, fui eleita novamente como primeira colocada, com 138 votos.

Outrossim, compus a Banca Examinadora do 82º Concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público, como examinadora de Direito Penal.

Fui orientadora do Curso de Adaptação aos Promotores Substitutos em 1991.

Trabalhei na Associação Paulista do Ministério Público, não como membro eleito, nas gestões do Dr. Hugo Nigro Mazzilli, do Dr. Renato Martins Costa e do Dr. João Antonio Garreta Prats.

Aposentei-me em agosto de 2002, doente do corpo e da alma, ao saber que precisava passar por cirurgia (com retirada de órgãos). Durante a carreira, dediquei-me ao Ministério Público, considerando minha atuação como uma missão.

Tinha (e tenho) imenso orgulho de pertencer à Instituição. Ao ser aprovada, senti-me pequenininha, diante do Ministério Público.

Minha atuação era estudada, revisava o que escrevia, consultava doutrina, jurisprudência e a minha consciência. Procurava me superar em minhas limitações.

Não havia, para mim, se tivesse trabalho a fazer, nem sábado,

nem domingo, nem feriado. Levava inquéritos e processos para casa e escrevia até madrugada.

la para as audiências com os casos estudados e para os júris, então, nem se diga.

Atendi o público com empenho, sem pressa, com respeito. Com tanto respeito que nessas memórias não coloco nenhum fato pitoresco, pois é nessa parte de nosso trabalho que isso acontece.

E a meu ver, a pessoa em quem o público confia para expor os seus problemas, deve guardá-los como faz um sacerdote.

Enfrentei desafios. Lutei contra fortes. Acusei pessoas que delinquiram. Mas, também, defendi os fracos, e pedi absolvições de réus em cuja inocência eu acreditei.

Como Promotora de Execuções Penais, visitei cadeia, conversei com cada preso, estudei seus pleitos durante as visitas e atendi seus familiares na Promotoria.

Aconselhei Menores e seus pais, alguns dos quais faziam da Promotoria passagem semanal rotineira.

Militei muito mais na área criminal do que na cível.

Nunca tergiversei. Nunca fiz acordo em júri. Nunca me amedrontei.

Nunca humilhei nenhum réu. E sempre encostei a cabeça no travesseiro e dormi, com a consciência tranquila.

Levava muito a sério que falava em nome da Lei, da Justiça e da Sociedade.

De tudo o que fiz no Ministério Público, minha paixão foi o Júri.

Materialmente, tudo o que tenho devo, primeiramente, a Deus e, em seguida, ao Ministério Público que me proporcionou a possibilidade de educar os meus filhos, suprimindo as suas necessidades, e nos fez, aos olhos da Sociedade, pessoas com dignidade e respeitabilidade.

Galguei degraus na Instituição, que nunca imaginei galgar. Fui uma Promotora e uma Procuradora de Justiça abençoada.

Tenho todos os colegas como Amigos e como verdadeira segunda família. Quero bem e sou bem querida, graças ao Pai. Ele me colocou nos lugares mais honrosos dentro de minha Instituição e digo, sem modéstia, que consegui sempre ser eu mesma, quer em palácios, quer em choupanas.

O certo é que coloquei o meu coração em tudo o que fiz. E ao

resolver me aposentar, fi-lo por me sentir incapaz de tratar bem do trabalho, com tanta aflição, emocionalmente arrasada às vésperas de cirurgia. Porém, apesar de tão triste por deixar o meu Ministério Público, tinha em mente que combatera o bom combate, acabara a carreira e guardara a fé. Conformei-me: estava afastada dos meus colegas e do meu ambiente profissional.

Mas dez anos depois, Deus me reservou a possibilidade de voltar a conviver no Ministério Público, quando Felipe Locke Cavalcanti me convidou para compor a Chapa Legítima Ação, como Diretora de Aposentados da Associação Paulista do Ministério Público (biênio 2013-2014), aceitei, e vencemos com 1079 votos.

Agradeço ao Senhor mais esta oportunidade, já na velhice, e por poder, agora, aos 68 anos, estar aqui escrevendo para um projeto da minha Diretoria da APMP: “Memórias dos Aposentados”, sentindo no peito o mesmo ideal que tive no ingresso na carreira.